

história

ANALISE CRITICA SOBRE OS ESTUDOS DA HISTÓRIA DE MACAU

Wu Zhiliang *

1. REGISTOS NOS ANAIS DA CHINA E OCIDENTE

1.1. «HISTÓRIA DA DINASTIA MING — BIOGRAFIA DE FO LANG JI»

Com a abertura da nova rota marítima no século XVI, «os ocidentais começaram a acorrer ao Oriente, facto que se encontra documentado em muitos livros de história no nosso país, sendo no entanto difícil reuni-los por se tratar de publicações não sistemáticas». Ao proceder à compilação da «*História da Dinastia Ming*» nos inícios da dinastia Qing, You Xitang (You Tong), cronista encarregado de compilar biografias de países estrangeiros, começou a reunir pela primeira vez os relatos dos antepassados, em quatro biografias, nomeadamente de Fo Lang Ji (Portugal), Ilha de Luzon, Holanda e Europa (ver «*Seleção de Xitang — Biografias de Países Estrangeiros da Dinastia Ming*»). Posteriormente, Wan Jiye (Wan Sitong), outro cronista, participou na compilação dos «*Anais Históricos da Dinastia Ming*», tendo revisto os textos de You Xitang, com grandes acréscimos e cortes, tendo substituído, por exemplo, Ou Luo Ba (Europa) por I Da Li Ya (Itália) (ver os «*Anais Históricos de Wan Jiye*»). Os «*Anais Históricos do Homem da Montanha de Hengyun*», da autoria de Wang Hongxu, tomaram como base as obras de Wan Jiye, introduzindo algumas alterações, na redacção, mas mantendo intactos os factos históricos. Zhang Tingyu, quando foi chamado para se responsabilizar pela revisão da «*História da Dinastia Ming*», tomou como base os «*Anais Históricos*» de Wang Hongxu, convertendo-os, através de cortes, nas quatro biografias da «*História da Dinastia Ming*» tal como hoje são conhecidas, e quem hoje se dedica ao estudo da história dos intercâmbios entre a Europa e a Ásia prefere geralmente tomar por base estes registos¹.

* Doutorando em História pela Universidade de Nanjing. Vogal do Conselho de Gestão da Fundação Macau.

¹ Zhang Weihua, «*Notas das Biografias de Quatro Países Europeus da Dinastia Ming*», prefácio da 1.ª edição, pág. 1, Editora de Livros Clássicos de Shanghai, reedição de 1982.

Fo Lang Ji é o nome que na altura se deu a Portugal, o primeiro país europeu a chegar à China, por via marítima. Durante o período de 1553 a 1557, os Portugueses instalaram-se em Macau, que ainda hoje ocupam. As obras de You Xitang não são os primeiros documentos chineses a debruçar-se sobre os primeiros intercâmbios sino-portugueses e sobre a origem de Macau, pois já no ano 43 do reinado de Jiajing da dinastia Ming (1564) Pang Shangpeng, na sua «Descrição Sucinta da Segurança de Macau», descreve, numa forma relativamente pormenorizada: «... A sul de Cantão, encontra-se o distrito de Xiangshan, banhado pelo mar; leva-se um dia para ir de Yongmo a Macau (Hong Keng Ou), rodeado pelo mar, onde barcos de comércio estrangeiros se reúnem dedicando-se ao negócio... Durante as épocas do Verão e Outono, chegam os barcos estrangeiros; de início eram apenas dois ou três barcos, mas recentemente o número de barcos aumentou para mais de vinte, podendo vir a duplicar. Nos anos anteriores, os barcos ancoravam na Ilha de Langbai (Lampacau), separada por uma grande distância de águas, em condições que muito dificultavam a permanência dos mercadores, razão pela qual o mandarim encarregado da defesa de Macau autorizou a construção de barracas provisórias, que eram desmontadas quando os barcos voltavam a fazer-se ao mar. Só nos últimos anos começaram a entrar na baía de Macau para ali construir casas, tendo erguido centenas de casas em apenas pouco mais de um ano, e hoje o número de casas construídas já ultrapassou mil. Todos os dias estão em contacto com os chineses, obtendo bons lucros, de modo que pessoas vindas de todos os lados do país acorrem a Macau, mesmo velhos e crianças. Hoje o número dos estrangeiros já ultrapassou dez mil...»².

Nas «Crónicas de Guangdong» compiladas por Guo Fei no ano 30 do reinado de Wanli (1602), pode encontrar-se a entrada «Macau» (volume 69), onde se descreve: «No ano 32 do reinado Jiajing (1553), os estrangeiros que pretendiam ancorar seus barcos em Macau, sob pretexto de ter barcos estragados pela tempestade e mercadorias molhadas, pediram terras emprestadas para secar as mercadorias, e Wang Bai, vice-encarregado de assuntos marítimos (haitau), subornado, acabou por autorizá-lo. Havia naquela altura apenas umas dezenas de barracas e casas provisórias, mas depois construtores e comerciantes que pretendiam lucros fáceis passaram a construir-lhes casas de tijolo e madeira, começando a tomar forma de povoação. Desde então as diversas baías deixaram de funcionar, e a de Macau tornou-se ancoradouro de abrigo».

Esta descrição passa a ser a referência exemplar dos posteriores anais históricos de autores diversos, nomeadamente You Xitang. A edição do reinado de Kangxi, da «*Seleção de Xitang — Biografias de Países Estrangeiros da Dinastia Ming*», da autoria de You Xitang, é outra vez aproveitada por Wan Sitong nos seus «*Anais Históricos da*

² «*Monografia de Macau (Ou Mun Kei Leok)*», da autoria de Yin Guangren e Zhang Rulin, págs. 20-21, Editora do Ensino Superior de Guangdong, 1988.

Dinastia Ming», edição do ano 38 do reinado de Kangxi (1699). E esta obra de Wang Sitong passa a ser a base da «História da Dinastia Ming», da autoria de Zhang Tingyu e outros. Muitas das posteriores histórias biográficas, histórias oficiosas e crónicas locais, incluindo a «*Monografia de Macau*», ao relatar os intercâmbios entre a China e Portugal e a origem de Macau, seguem a versão da «*História da Dinastia Ming*», embora possam ser notadas algumas pequenas diferenças quanto à linguagem e redacção. Assim, hoje, quem se dedica ao estudo da história de Macau, não pode deixar de tomar como referência a «*História da Dinastia Ming — Biografia de Portugal*».

A «*História da Dinastia Ming*», oficialmente compilada e publicada no ano 13 do reinado de Yongzheng (1735), é considerada como de alto valor em termos de exactidão de dados históricos, sistematização e estilo, e sendo uma obra digna de destaque, de entre as Vinte e Quatro Histórias (histórias dinásticas desde os tempos remotos até à dinastia Ming). No entanto, na «*Biografia de Portugal*», que conta cerca de 2 500 caracteres chineses, e muito embora os autores tenham envidado grandes esforços na escolha, revisão e confirmação de factos históricos, podem ser descobertos vários erros. Foi assim que, em 1934, o Professor Zhang Weihua, famoso especialista na história das relações entre a China e os países estrangeiros, procedeu à sua revisão, a partir da origem das descrições de factos históricos, recompilando-as de forma complementar e comparando-as com as descrições existentes, da época, da autoria de ocidentais, tendo tomado como referência uma centena de obras, nomeadamente, os «*Estudos das Relações entre o Oriente e o Ocidente*», de Zhang Xie, «*Planificação Ilustrada dos Mares*», de Hu Zongxian, «*Consultas das Histórias das Diversas Terras*», de Yan Congjian, «*Textos Selectos da Sala da Honestidade*», de Yu Dayou, «*Admoestações de Guo Ji*», de Guo Shangbin, «*Relação das Vantagens e Desvantagens de Todos os Países*», de Gu Yanwu, «*Relação das Maiores Fontes*», de Huang Zuo, «*Relação das Famosas Montanhas*» e «*Livro de Fujian*», de He Qiaoyuan, «*Relação dos Tributos dos Países Ocidentais*», de Huang Xingzeng. Para além destas, podem citar-se toda uma série de crónicas locais oficiais, como, por exemplo, a «*Nova Descrição de Guangdong*», «*Crónica de Guangdong*», «*Crónica do Distrito de Xiangshan*», «*Crónica de Fujian*», entre outras. Nos inícios da década de 70, o Professor Dai Yixuan, investigador de história de Macau, também procedeu à revisão da «*História da Dinastia Ming — Biografia de Portugal*», corrigindo e comentando o texto, tendo tomado como referência diversas obras chinesas e estrangeiras³.

1.2. «MONOGRAFIA DE MACAU»

Os anais históricos chineses que se referem a Macau são poucos, e

³ Dai Yixuan, «*História da Dinastia Ming — Biografia de Portugal, correcções e comentários*», Editora da Academia das Ciências Sociais da China, Beijing, 1984.

destacam-se a «*Crónica Ilustrada do Mundo Marítimo*», de Wei Yuan, «*Descrição dos Grandes Acontecimentos de Guangdong*», de Guo Fei, «*Panorama da Defesa Marítima de Guangdong*», de Lu Kum e outros, «*Crónica das Alfândegas de Guangdong*», de Liang Tingnan, «*Submissão dos Povos de Terras Remotas por Parte da Corte*», de Wang Zhichun, «*História do Tratamento dos Assuntos Estrangeiros*», de Wen Qing e outros, «*Dados Históricos das Relações Diplomáticas da Dinastia Qing*», de Wang Yanwei e Wang Liang, entre outros. Entre as obras que se dedicam especialmente a Macau figuram a «*Descrição Ilustrada de Macau*», «*Sobre a Situação de Macau*» e «*Sobre o Controle dos Estrangeiros em Macau*», de Zhang Zhentao, «*Descrição de Macau*», de Xue Yun, «*Descrição de Macau*», de Lu Xiyan, «*Seleção de Documentos Oficiais de Macau*», de Cai Guozhen, «*Registos de Demarcação de Macau*», de Zheng Miangang, entre outras, sendo a mais influente a «*Monografia de Macau*», de Yin Guangren e Zhang Rulin.

A «*Monografia de Macau*», concluída no ano 16 do reinado de Qianlong (1751), é a única crónica local de Macau, sendo também a primeira obra em chinês a descrever, de forma completa e sistemática, a geografia, história, política e sociedade macaenses, e a primeira obra dedicada aos estudos da história de Macau. A obra, composta de três partes, divide-se em dois volumes. A parte «*Situação*», do primeiro volume, descreve a situação geográfica, colinas e mares de grande interesse de Macau; a parte «*Administração e Defesa*», descreve a história de Macau; ou seja, o processo da ocupação de Macau por parte dos portugueses e a sua jurisdição e administração durante as dinastias Ming e Qing; a terceira parte, que constitui o segundo volume, intitulada «*Estrangeiros em Macau*», faz um esboço fisionómico dos estrangeiros, com descrições sobre o seu vestuário, folclore e dia-a-dia, os produtos em uso e respectivas técnicas de produção, bem como a sua língua, falada e escrita, entre muitos outros assuntos abordados. Os seus autores, Yin Guangren e Zhang Rulin, assumiram um após outro, o cargo de *tongzhi*, ou intendente, responsável pelos assuntos de Macau. Ambos conheciam a realidade social de Macau, e, para a compilação da sua obra, «*percorrem as ilhas, visitam residentes locais e estrangeiros, reúnem e estudam livros e documentos e fazem apontamentos para poderem preencher lacunas da crónica*», dando igual consideração à pesquisa *in loco* e aos estudos de documentos e dados. Pode afirmar-se que a «*Monografia de Macau*» possui, em termos históricos, grande valor.

Da «*Monografia de Macau*» existem várias versões, e a versão revista e anotada recentemente pelo Professor Zhao Chunchen, é de todas a mais credível⁴. A versão japonesa foi publicada no início do século XIX. Em 1950, o sinólogo macaense Luís G. Gomes traduziu-a para português, mas com muitos erros. Numa palavra, a «*Monografia de*

⁴ A edição em caracteres simplificados foi editada em 1988 pela Editora de Ensino Superior de Guangdong, e a de caracteres tradicionais, do ICM, saiu à luz em 1992.

Macau», como a primeira obra especialmente dedicada à descrição de Macau, é a base de muitas obras clássicas sobre Macau, possui alto valor académico e exactidão factual, embora sejam superficiais os seus conhecimentos sobre a história, geografia, política e direito do Ocidente e insuficientes os seus conhecimentos sobre a organização administrativa e folclore dos portugueses de Macau, devido às limitações da época⁵.

1.3. DOCUMENTOS E DADOS HISTÓRICOS DE PORTUGAL E DE OUTROS PAÍSES OCIDENTAIS

Dos documentos históricos que referiram Macau, o mais antigo será a carta que Fernão Mendes Pinto dirigiu em 20 de Novembro de 1555 ao Reitor da Companhia de Jesus de Goa, «Mas porque hoje cheguei de Lampacau, que é o porto onde estamos, a esta Macau, que é a outras seis léguas mais avante, onde achei o padre Mestre Belchior, que de Cantão aqui veio ter...». Não obstante, esta carta, despachada de Macau, destina todo o seu espaço ao relato do processo da viagem da Índia a Macau, e este último só assim ligeiramente tocado, pois o seu interesse é apenas testemunhar a verdade da chegada do autor à China, assim testemunhando a veracidade da sua obra posterior «Peregrinação». No capítulo 221 desta obra, publicada em 1614, Fernão Mendes Pinto diz: «Ao outro dia pela manhã nos partimos desta ilha de Sanchão e ao sol-posto chegámos a outra ilha que está mais adiante seis léguas para o norte, chamada Lampacau, onde naquele tempo os portugueses faziam sua veniaga com os chinas, e aí se fez sempre até o ano de 1557, que os mandarins de Cantão, a requerimento dos mercadores da terra, nos deram este porto de Macau, onde agora se faz, no qual, antes ilha deserta, fizeram os nossos uma nobre povoação de casas de três, quatro mil cruzados, e com igreja matriz em que há vigário e beneficiados, e tem capitão e ouvidor e oficiais de justiça, e tão confiados e seguros estão nela, com cuidarem que é nossa, como se ela estivera situada na mais segura parte de Portugal»⁶. Esta é a uma das primeiras, senão a primeira descrição de Macau, embora muito sucinta.

Quanto ao estado das relações entre a China e Portugal, e Macau, nos seus primeiros tempos, muitos missionários ocidentais, nomeadamente Mateus Ricci, Alessandro Valignano, Álvaro Semedo, Louis Buglio e Jean B. du Halde, chegaram a referi-las ao descrever o Império Chinês, tal como o fizeram outros missionários portugueses, de tempos anteriores, como Manuel Teixeira, que referem também muitas vezes Macau e os seus assuntos, nas suas cartas e relatórios dirigidos aos seus

⁵ O historiador de Macau Zhang Wenqin fez estudos completos sobre a «*Monografia de Macau*»; ver «*Macau e a História e Cultura da China*», da sua autoria, págs. 139 a 177, edição da Fundação Macau, 1995.

⁶ Fernão Mendes Pinto, «*Peregrinação*», Vol. II, págs. 342 a 343, Publicações Europa-América, Lisboa, 1988.

superiores. Os seis autores do século XVII, que mais escreveram, e com maior pormenor, sobre Macau, encontram-se documentados, em «*Macau na Época da Restauração*», da autoria de C. R. Boxer⁷. Um deles é António Bocarro, que, como cronista da Índia, assumiu o cargo de Guarda-mor da Torre do Tombo, do Estado da Índia. O «Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental», escrito em 1635 por António Bocarro, é a obra que mais cedo e mais detalhadamente descreve Macau. Apresenta pormenorizadamente, através das plantas, algumas importantes fortalezas de Macau e descreve também, numa forma sucinta, a geografia, história, e realidades sociais de Macau, tendo dado finalmente explicações sobre as cidades e vilas, a renda e a defesa da China. O segundo autor deve ser o inglês Peter Mundy, que, acompanhando o capitão John Weddell, chegou a Macau em 5 de Julho de 1637, numa viagem de turismo. As obras de Peter Mundy, tipo notas de viagem ou diário, carecem de precisão, mas descrevem o folclore de Macau numa forma viva e profundamente humana. A obra «*Descrição de Macau*», escrita aproximadamente em 1638 pelo italiano Marco d'Avallo, num estilo literário entre o de António Bocarro e as notas de viagem de Peter Mundy, é também um documento importante. A referida obra tem apenas oito páginas, mas descreve, numa forma bem explícita e numa linguagem fluente, a geografia, defesa e história recente de Macau, assim como o seu comércio com Cantão e outras zonas, podendo classificar-se como possuindo alto valor histórico. Por outro lado, a relação de viagem que António Fialho Ferreira apresentou ao Rei em 1643 depois de, numa missão real, ter dado a conhecer em Macau a notícia da Restauração de Portugal, o capítulo da famosa «*História de Portugal Restaurado*», que se refere a Macau, da autoria de D. Luís de Meneses, Conde da Ericeira, e o «Memorial» que se refere ao mesmo facto, da autoria de António Francisco Cardim que assumiu o cargo de bispo de Macau, constituem também dados indispensáveis para conhecer a realidade social de Macau daquela época.

O «*Papel de Macau na Queda da Célebre Dinastia Ming*», da autoria de C. R. Boxer (Macau, 1938), contém um relatório que um jesuíta anónimo escreveu em 1648, bem como duas cartas que o Governador de Macau dirigiu ao Vice-Rei da Índia. Estes documentos descrevem detalhadamente o facto da imperatriz e da imperatriz-mãe do imperador Yongli terem recebido o baptismo católico nas vésperas da queda da sua dinastia, e o processo em que o Imperador da dinastia Ming, refugiado para o Sul pede aos portugueses de Macau que lhe enviem canhões para o ajudar na sua luta contra os *Manchus*, pela restauração da dinastia. Embora com a colaboração dos portugueses de Macau, e ajuda prestada em termos de recursos humanos, financeiros e

⁷ C. R. Boxer, «*Macau na Época da Restauração*», Imprensa Nacional, Macau, 1942. Em 1988, a companhia Heineman, de Hong Kong, reeditou a obra, com o título de «*Seventeenth Century Macau*».

armas, a dinastia Qing foi instaurada. Servirá de consolo saber que Macau não passou a ser, por este facto, alvo de vingança ou castigo por parte do novo poder instaurado.

Entretanto, no século XVIII, os registos históricos sobre Macau, já em grande número, tornam-se também mais detalhados. Em «Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa», publicado em 1710, da autoria do Pe. Francisco de Sousa, que descreve detalhadamente todo o processo em que portugueses de Macau se deslocaram em 1582 a Zhaoqing para subornar Chen Rui, Governador de Guangdong e Guangxi, a fim de assegurar o estabelecimento dos portugueses em Macau, contém também uma apresentação global sobre Macau. Em 1745, o frade José de Jesus Maria escreve em Macau a «*Ásia Sínica e Japónica*», reunindo nela não poucos arquivos do Senado, dos quais muitos se perderam posteriormente, e dedicando cinco partes inteiras da obra à descrição de Macau. Ao referir a situação decadente que se vivia na altura em Macau, o autor não pôde conter o seu profundo lamento. Não obstante, Macau, como lugar esquecido, só em 1783 passou a chamar verdadeiramente as atenções da corte portuguesa, com a sua decadência. O ministro Martinho de Melo e Castro, despachou, em 4 de Abril do mesmo ano, uma instrução ao Governador da Índia, onde criticava energicamente a má administração do Senado de Macau devido à sua actuação soberba, manifestando nesse documento o seu descontentamento para com o facto de os portugueses de Macau obedecerem ao governo da dinastia Qing. Dava então ordens expressas para que fosse reforçado o poder do Governador, que representava a Corte Real. Desde então as instituições administrativas portuguesas em Macau começaram a ter carácter colonial.

A instrução de Martinho de Melo e Castro, que abrange um leque extenso de assuntos, e seus «Apontamentos e notícias para a instrução», que D. Frei Alexandre de Gouveia, nomeado Bispo de Pequim, levou para o Governador da Índia, assim como a instrução que o Governador da Índia dirigiu a D. Frei Alexandre de Gouveia e a carta em que o Governador da Índia pedia o parecer ao Procurador da Índia sobre a aplicação em Macau das «*Providências Régias*», são os mais importantes documentos para investigar e estudar a história política do século XVIII em Macau. Estes e demais documentos e cartas estão reunidos na «*Instrução para o Bispo de Pequim e Outros Documentos para a História de Macau*», publicada em Lisboa em 1943 e reeditada em Macau em 1988, pelo Instituto Cultural de Macau⁸.

2. UMA RETROSPECTIVA DOS ESTUDOS DA HISTÓRIA DE MACAU

Consideramos aqui a «*Monografia de Macau*», dos meados do

⁸ «*Instrução para o Bispo de Pequim e Outros Documentos para a História de Macau*», Instituto Cultural de Macau, 1988.

século XVIII, como sendo o início dos estudos da história de Macau, pois é a primeira obra em chinês a descrever Macau numa forma completa e sistemática, embora não poucos considerem que «*An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China*», da autoria de Anders Ljungstedt, editada em Macau e Boston, respectivamente em 1832 e 1836, é na verdade a primeira obra sobre a história de Macau⁹. Qual das duas deu então início aos estudos da história de Macau? Esta questão não se reveste de grande significado. O que merece referência é que a obra de Anders Ljungstedt, escrita em inglês, tem exercido maiores influências no círculo da historiografia sobre Macau no Ocidente. Talvez de referir ainda é que a chamada «questão de Macau», que se tornou posteriormente o factor dominante e o fulcro das relações sino-portuguesas, apareceu só nos finais do século XVIII.

Se considerarmos apenas como um sinal de amizade o facto de o Rei de Portugal ter enviado à China, em 1752, a embaixada de Francisco de Sampaio, o facto de o ministro Martinho de Melo e Castro ter nomeado em 1783 D. Frei Alexandre de Gouveia, Bispo de Pequim, que assim entrou na Corte da dinastia Qing, pode ser entendido à luz de um estratagema bem pensado: com o seu estabelecimento na corte imperial chinesa, tudo se tornaria fácil, e esperava-se que D. Frei Alexandre de Gouveia pudesse esclarecer quais os privilégios, isenções e liberdades que o imperador chinês tinha concedido a Portugal, e qual o estatuto legal de Macau¹⁰. Portugal, consciente da questão da soberania de Macau que se lhe colocou, passou a procurar fundamentos legais que pudessem justificar o seu estabelecimento em Macau, para além de mandar o Governador apoderar-se dos poderes do Senado de Macau, que até então se mostrara obediente ao governo da dinastia Qing.

O imperador chinês concedera o território de Macau aos portugueses, como pagamento pela colaboração prestada na expulsão dos piratas; esta afirmação é mencionada na «Relação da Grande Monarquia da China», de Álvaro Semedo, dos meados do século XVII, sendo também sustentada pela maioria dos missionários da altura. Com a publicação em 1735 da «*Description géographique, historique, chronologique, politique de l'empire de la Chine et de la Tartarie Chinoise*», de Jean B. du Halde, em Paris, a referida afirmação passou a ser mais amplamente conhecida. Entrando nos finais do século XVIII, nomeadamente durante o período ante e pós Guerra do Ópio, os ingleses começaram a suspeitar da sua autenticidade e dos direitos de soberania dos portugueses em Macau, o que muito preocupava Portugal, de modo que as autoridades

⁹ Ver C. R. Boxer, «*Fidalgos no Extremo Oriente*», pág. 291, edição da Fundação Oriente e do Museu Marítimo de Macau, 1990; num discurso anexo do prefácio da reedição de 1992 da obra de Anders Ljungstedt, o Pe. Manuel Teixeira manifesta a mesma opinião. Ver também «*A partir duma posição sobrenacional*», da autoria de Wu Zhiliang, «*Diário de Macau*» (Jornal Ou Mun), de 20 de Agosto de 1995.

¹⁰ A obra citada na nota 8, pág. 46.

de Lisboa começaram a rebuscar os arquivos históricos, pretendendo encontrar fundamentos eloquentes para a sua presença em Macau. No entanto, a dinastia Qing, que nunca deixou de afirmar que «não há no mundo um território que não seja nosso», continuava a actuar, como sempre, mantendo essa posição perante a soberania de Macau, mesmo após a Guerra do Ópio.

«*An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China*», de Anders Ljungstedt, satisfazia as necessidades dos colonialistas ocidentais do século XIX, que, a fim de expandir a sua presença na China, pretendiam conhecê-la melhor. Não obstante, através de factos inquestionáveis, o autor negou firmemente que Portugal possuísse a soberania sobre Macau, o que colocou o Governo de Portugal numa posição embaraçosa. Em 1835, José Inácio de Andrade escreveu a «*Memória sobre a Destruição dos Piratas da China e o Desembarque dos Ingleses na Cidade de Macau e Sua Retirada*», com uma pretensão bem conhecida: estabelecer um monumento à vitória dos portugueses sobre o líder dos piratas Cam-pau-sai, pessoa cuja existência não se pode confirmar, ou sobre outra pessoa de nome semelhante, que é na verdade anacrónica. O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal mandou mesmo o seu embaixador na França, o Visconde de Santarém, aprofundar os estudos sobre o direito do estabelecimento dos portugueses em Macau; conseqüentemente, uma «*Memória sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau*» saiu à luz em 1852, em Paris¹¹. Foi precisamente nessa altura que um grande debate sobre a soberania de Macau começou a abalar o círculo da história, constituindo o principal tema e fulcro dos estudos da história de Macau durante os últimos mais de cem anos. Hoje em dia, embora a «*Declaração Conjunta Luso-Chinesa*» tenha chegado a um bom termo a respeito da história e futuro de Macau, o debate continua a decorrer nos círculos académicos, embora em menor escala. A realidade parece ser que, quanto à origem de Macau, ainda não se tirou uma conclusão final entre os historiadores chineses e portugueses, designadamente nos círculos do ensino no Território, por forma a orientar a compilação de materiais didácticos da sua história.

O Visconde de Santarém, com a sua «*Memória sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau*», não conseguiu encontrar fundamentos nem justificação convincente para alicerçar a soberania de Portugal sobre Macau, tendo-se proposto a investir recursos humanos e materiais na compilação e tradução de dados históricos sobre Macau. Depois da tentativa frustrada de Portugal pretender, em 1862, assinar com a China um acordo sobre o estatuto de Macau esta proposta mereceu a devida consideração de António Marques Pereira que se dedicou ao

¹¹ Ver o «*Portugal à Procura de Fundamentos que Possam Justificar a Sua Soberania sobre Macau durante o Período Ante e Pós Guerra do Ópio*», da autoria de Wu Zhiliang, 1996, a publicar.

trabalho, sendo depois sucedido pelo seu filho J. F. Marques Pereira; começou pela pesquisa sobre as folhas de 1867 do «Boletim Oficial», tendo compilado as «*Ephemérides Commemorativas da História de Macau e das Relações da China com os Povos Cristãos*», publicada no ano seguinte na 1.^a série da revista «*Ta-Ssi-Yang-Kuo - Arquivos e Anais do Extremo Oriente Português*». O filho herdou o trabalho do pai e publicou o 2.^o número da dita revista, tendo conservado deste modo muitos arquivos e documentos históricos preciosos. A 2.^a série foi reeditada em 1986 pela Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, encontrando-se esta edição já esgotada. No ano passado, a Fundação Macau e a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude voltaram a reeditar as duas séries da revista. «*Macau — Materiais para a Sua História no Século XVI*», da autoria de Jordão de Freitas, publicado em 1910, foi reeditado em 1988 pelo Instituto Cultural de Macau. Outra fonte histórica não menos importante, «*A Abelha da China*», o primeiro jornal a sair nos territórios chineses, foi também reeditado, em 1994 e num só volume, pela Universidade de Macau e Fundação Macau.

Com a assinatura em 1887 do «*Tratado da Amizade e Comércio entre Portugal e a China*», os estudos da história de Macau conheceram um novo salto. Em 1888, o oficial Bento da França, que tinha prestado serviço em Macau, publicou em Lisboa os «*Subsídios para a História de Macau*», apesar da influência não ser tanta como a de «*Historie Macao*», de Montalto de Jesus. Este, e posteriormente J. M. Braga (que publicou em 1949 «*The Western Pioneers and Their Discovery of Macao*»), opuseram-se aos pontos de vista de Anders Ljungstedt. Interessante é que estes dois autores, ambos descendentes dos portugueses, tenham escrito as suas obras em inglês. A primeira edição de «*Historie Macao*» saiu à luz em Hong Kong em 1902, o que trouxe grande fama ao autor, tornando-o um herói patriótico de Macau; no entanto, os exemplares da edição revista, que saiu em 1926 em Macau, foram queimados em público pelas autoridades, devido à alteração da situação política de Lisboa, e Montalto de Jesus, foi considerado um traidor, acabando por morrer na miséria, num lar de caridade de Hong Kong¹². As obras de Montalto de Jesus e de Marques Pereira, embora limitadas pela época, preconceituosas na utilização das fontes, não deixaram, apesar disso, de ser aproveitadas posteriormente pelos estudiosos nos estudos da história de Macau, mantendo-se esta situação quase inalterada até à geração de J. M. Braga.

Só depois da criação da República da China, sobretudo após o surgimento da questão da demarcação do «*Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e China*» e após a assinatura em 1928 do «*Tratado da Amizade entre Portugal e a China*», os investigadores

¹² Ver «*Macau Histórico - a glória e o martírio de Montalto de Jesus*», introdução da edição portuguesa, da autoria de Carlos Augusto Gonçalves Estorninho. E «*Engano pela História*», da autoria de Wu Zhiliang, «*Diário de Macau*», 3 de Setembro de 1995.

chineses modernos começaram a prestar atenção aos estudos da história de Macau. Na década de 30 deste século, saíram duas obras especialmente destinadas à descrição de Macau, e com grande influência. Uma é a «*História das Relações Diplomáticas entre a China e Portugal*» (Editora Comercial, Beijing, 1.^a edição em 1937, e uma reedição de 1991), de Zhou Jinglian, numa linguagem sucinta e com ideias explícitas. A outra é «*Sino-portuguese Trade from 1514-1644*»¹³, a tese de doutoramento que Tien-Tsê Chang fez em 1934, em Leiden, Holanda, sendo uma obra de grande interesse e com ricas citações de documentos em chinês e português. C. R. Boxer opina que a obra de Tien-Tsê Chang usa demasiados dados já anteriormente apresentados por anteriores letrados, introduzindo revisões e correcções menores, e contendo pon-tos de vista sem novidade¹⁴; no entanto, as obras contemporâneas que podem ser bem aproveitadas nesse sentido são poucas, à excepção das «*Notas de Portugal, Ilha de Luzon, Holanda e Itália da História da Dinastia Ming*» (posteriormente titulada «*Notas das Biografias de Quatro Países da Dinastia Ming*»), de Zhang Weihua, «*Planta de Macau*» (versão da Editora Comercial, 1928), de Wang Zhongda, «*Estudos sobre as Divergências da Demarcação de Macau*» (editado em Guangzhou, 1931), de Huang Peikun; segundo estatísticas incompletas, foram publicadas apenas 27 comunicações académicas¹⁵ sobre o tema da história de Macau, entre 1909 e 1949, em revistas diversas, nomeadamente a «*Revista Oriente*», «*Boletim Anual da História*», «*Jornal História*», «*Ciências Sociais*», entre outras. A maioria desses textos dedica-se à descrição do processo do estabelecimento dos portugueses em Macau e à discussão das suas datas. De não esquecer o «*Estudo da Ocupação Portuguesa de Macau*», reunido em «*Estudos sobre as Comunicações no Mar Meridional da China dos Tempos Antigos*» (tradução de He Jianmin, Editora Comercial, 1936), pelo japonês Toyohachi Fujida. A pormenorização e credibilidade dos estudos de Toyohachi Fujida é quase idêntica à de Zhang Weihua. Os dois volumes de «*The International Relations of the Chinese Empire*» (publicados respectivamente em 1910 e 1918, em Shanghai e Londres) e «*The Chronicles of the East India Company Trading to China, 1635-1834*» (Editora da Universidade Oxford, 1926-1929), obras da autoria de H. B. Morse, contêm também ricos dados sobre Macau. As duas obras têm versões em chinês¹⁶.

¹³ Versão em chinês, da tradução de Yao Nan e Qian Jiang, Editora China («*Zhonghua Shuju*»), Hong Kong, 1988.

¹⁴ Obra supracitada «*Fidalgos no Extremo Oriente*», pág. 293.

¹⁵ «*Sobre a História de Macau, por Historiadores Chineses e Estrangeiros*», da compilação de Huang Qichen e Deng Kaisong, prefácio, pág. 2, Fundação Macau, 1995.

¹⁶ «*The International Relations of the Chinese Empire*», da tradução de Zhang Huiwen e outros, edição da Livraria Sanlian, Beijing, 1957. «*The Chronicles of the East India Company Trading to China, 1635-1834*», da tradução de Ou Zonghua, edição da Editora da Universidade de Zhongshan, Guangzhou, 1991.

Quanto às publicações científicas em línguas ocidentais, o jornal «*Toung Pao*», de Hong Kong, e o «*Boletim da Agência Geral das Colónias*», de Lisboa, contêm comunicações sobre a história de Macau, enquanto o «*Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*» não deixa de ser uma importante fonte para os estudos sobre a história de Macau. Nomeadamente durante o período da década de 30 a 50, os historiadores C. R. Boxer, J. M. Braga e Manuel Teixeira reuniram um número considerável de fontes originais e preciosas sobre a história de Macau, tendo-as publicado, com notas e comentários, no «*Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*», o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento dos estudos da história de Macau. Em 1950, o «*Mosaico*», revista de história e cultura, lançou o seu primeiro número. A revista havia de durar sete anos, com periodicidade mensal. Nos meados da década de 60, o «*Boletim do Instituto Luís de Camões*» começou a chamar as atenções, afirmando-se como importante tribuna académica para os estudos da história de Macau. De lastimar apenas que esta publicação tenha deixado de se publicar em 1981. Os «*Arquivos de Macau*» são outra publicação digna de nota. Criados em 1939 e várias vezes suspensos, continuam a ser publicados, e, desde 1981, viram o seu nome alterado para «*Boletim do Arquivo Histórico de Macau*». Nos seus primeiros anos, graças aos grandes e incansáveis esforços de Luís G. Gomes, o Boletim organizou e publicou um número considerável de fontes originais.

As supracitadas obras e seus autores estabeleceram os primeiros alicerces para os estudos da história de Macau. De destacar são Charles Ralph Boxer e Manuel Teixeira, que contribuíram consideravelmente para a recolha e organização de arquivos e outras fontes históricas, tendo escrito inúmeras obras. Após servir no exército britânico, C. R. Boxer dedicou toda a sua vida à pesquisa da influência que a presença portuguesa exerceu e ainda exerce no Extremo Oriente, trabalhando numa forma tão científica e pormenorizada que os seus estudos continuam a ser considerados autoridade máxima sobre o assunto. As suas obras «*Fidalgos no Extremo Oriente*», «*Macau na Época de Restauração*», «*The Great Ship from Amacon*» (1955, Lisboa), «*Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia and Luanda, 1510-1800*» (1965, Editora da Universidade de Wisconsin) e «*The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*» (1969, Londres), constituem obras indispensáveis para estudar e pesquisar a história de Macau nos seus primeiros tempos. No entanto, a meu ver, os «*Dares-e-Tomares*», segredo da sobrevivência de Macau, que C. R. Boxer resumiu das relações sino-portuguesas, merecem uma profunda reflexão para os investigadores que se dedicam aos estudos da história de Macau¹⁷.

O P.^o Manuel Teixeira chegou a Macau ainda criança, e dedicou-se

¹⁷ C. R. Boxer, «*Dares-e-Tomares nas Relações Luso-Chinesas durante os Séculos XVI e XVIII através de Macau*», Imprensa Nacional, Macau, 1981.

durante toda a sua vida aos estudos da história da missionação católica

e da história de Macau, tendo escrito mais de cem obras, cuja variedade de temas nunca foi ultrapassada por ninguém. Há quem o critique, sobretudo por citar dados sem referir as suas fontes, o que dificulta alguns leitores mais atentos; não obstante, o seu contributo no sentido de preservar os dados históricos ser indubitável. As obras do P.^o Manuel Teixeira foram na sua maioria publicadas em Macau. Das suas obras destacam-se «*Macau e a sua Diocese*» (1940-1979), em 16 volumes, «*Macau no Séc. XVII*» (1982) e «*Macau no Séc. XVIII*» (1984), obras que podem considerar-se enciclopédias da história de Macau, e referências indispensáveis para os que se dedicam aos estudos da história de Macau.

A partir da década de 50, os investigadores chineses nunca interromperam os seus estudos sobre a história de Macau, mas a sua intensidade já é outra, tendo sido publicadas muito poucas comunicações e livros. Das obras conhecidas figuram «*Sobre a Chamada Expulsão dos Piratas na História de Macau*» (publicado no «*Jornal da Universidade de Zhongshan*», n.º 3, 1957), de Dai Yixuan, «*Comércio de Macau com o Exterior a partir dos Meados da Dinastia Ming*» (publicado no «*Boletim Académico do Instituto de Estudos Culturais da China*», da Universidade Chinesa de Hong Kong, n.º 2, 1972), de Quan Hansheng, «*Dados Históricos sobre a Invasão Portuguesa a Macau*» (1961, Editora do Povo de Shanghai), de Jie Zi, e «*Crónica dos Chineses Residentes em Macau*» (1964, Comissão da Redacção da Crónica dos Chineses Ultramarinos de Taipé), da compilação de Ding Zhongjiang e outros. As «*Relações entre Macau e a China nos Séculos XVI a XVIII*», tese de doutoramento que Lam Chi Seng, fez na Universidade de Hong Kong, em 1970, é uma crónica que aborda a história de Macau numa forma relativamente completa, obra ainda não publicada. E quanto a «*The Macau Formula: A Study of Chinese Management of Westerns from the Mid-Sixteenth Century to the Opium War Period*», tese de doutoramento que Fok Kai Cheong fez na Universidade de Hawaii, em 1978, apenas alguns capítulos chegaram a ser publicados na «*Revista de Cultura*» (n.º 16 de 1991), do Instituto Cultural de Macau. Só na década de 80, os estudos da história de Macau, por parte dos investigadores chineses, começaram a registar um desenvolvimento significativo.

3. SITUAÇÃO ACTUAL DOS ESTUDOS DA HISTÓRIA DE MACAU

Em 1979, a China e Portugal estabeleceram relações diplomáticas. Em 1985, o futuro de Macau foi colocado na sua agenda. Dois anos depois, com a assinatura da «*Declaração Conjunta Sino-Portuguesa*», a questão de Macau, que a história nos legou, acabou por ser resolvida numa forma satisfatória. Podemos dizer que, entrando na década de 80, os estudos da história de Macau começaram a viver uma nova etapa. O que mais caracteriza esta etapa será o facto de, durante o período de transição político-administrativa de Macau, os estudos da história de

Macau terem captado o interesse dos investigadores, chineses e portugueses, tendo saído à luz um número considerável de obras e estudos sobre este tema. Obras importantes sobre a história de Macau, de autores supracitados, nomeadamente Zhang Weihua, Zhou Jinglian, Tien-Tsê Chang, Anders Ljungstedt, Montalto de Jesus, Luís G. Gomes e C. R. Boxer, foram reeditadas ou traduzidas.

Devemos reconhecer que, por motivos diversos, os historiadores da China nunca prestaram a devida atenção aos estudos da história de Macau, de modo que os resultados dos seus estudos são quantitativa e qualitativamente atrasados quando comparados com os dos historiadores ocidentais. A partir da década de 80, a questão de Hong Kong e Macau voltou a chamar as atenções; o ambiente académico da China tem-se tornado também cada vez mais liberal, e, por outro lado, o rápido desenvolvimento económico de Macau criou as condições materiais necessárias para se estabelecerem os alicerces para os estudos da história de Macau, de modo que se registou uma melhoria notória, desenvolvendo-se a um ritmo sem precedentes. Muitos investigadores chineses publicaram comunicações nos jornais e revistas, editando no país e no exterior livros que abordam a história de Macau, nomeadamente Dai Yixuan, Huang Wenkuan, Huang Qichen e Zhang Wenqin, da Universidade de Zhongshan, Deng Kaisong e Yang Renfei, da Academia das Ciências Sociais da Província de Cantão, Huang Hongzhao, da Universidade de Nanquim, Wei Qingyuan, da Universidade do Povo da China, Fei Chengkang, da Academia das Ciências Sociais de Xangai, entre outros, enquanto o meio académico de Macau tem feito também seus próprios esforços: criou-se a revista «*Hou Keng*», da Associação de Ciências Sociais de Macau e a revista «*Estudos de Macau*», do Centro de Estudos de Macau da Universidade de Macau, e os jornais «*Diário de Macau*», «*Va Kio*» e outros destacaram colunas até páginas especiais para os estudos da história de Macau, vivendo o círculo de história de Macau em novo auge.

Quanto aos livros, merecem referência a «*História da Dinastia Ming — Biografia de Portugal: Correções e Comentários*» (1984), de Dai Yixuan, o «*Sobre a História de Macau*» (1987, Editora San Kuong de Macau), de Huang Wenkuan, a «*História de Macau*» (1987, Editora Comercial, Sucursal de Hong Kong) e o «*Resumo da História de Macau*» (1991, Editora do Povo de Fujian), de Huang Hongzhao, a «*História Concisa de Macau*» (1988, Editora Zhong Liu, Hong Kong), de Yuan Bangjian e Yuan Guixiu, «*Os Quatrocentos Anos de Macau*» (1988, Editora do Povo de Shanghai), de Fei Chengkang, a «*História de Macau*» (dos tempos remotos a 1840), de Huang Qichen, e a «*História de Macau*» (1840-1949), de Deng Kaisong (os dois últimos livros são editados pela Associação da História de Macau, em 1994). O letrado de Taiwan, Guo Yongliang, publicou em 1990 um livro intitulado «*Relações entre Macau e Hong Kong nos Seus Primeiros Tempos*» (Instituto de Estudos da História Moderna da Academia Sínica, Taipé). Quanto às comunicações académicas, destacam-se a «*Mudança do Estatuto de*

Macau no Período do ante e pós Guerra do Ópio» (revista «Estudos da História Moderna», n.º 3, 1986), de Wang Zhaoming, a «*Posição e Papel especial de Macau durante o Reinado de Kangxi da Dinastia Ming*» (revista «Estudos da História da China», n.º 1, 1992), de Wei Qingyuan, e «*Uma Reavaliação da Posição de Macau nos Intercâmbios Culturais entre o Oriente e o Ocidente*» («*Mensário Academia*», n.º 8, 1993), de Fei Chengkang. Zhang Wenqin reuniu também parte das suas comunicações num livro titulado «*Macau e História e Cultura da China*» (1995, Fundação Macau). A selecção «*Intercâmbios Culturais entre o Oriente e o Ocidente*» (coordenação de Wu Zhiliang, 1994, Fundação Macau), onde se encontram reunidas as comunicações proferidas no «Simpósio Internacional sobre os Intercâmbios Culturais entre o Oriente e o Ocidente em Macau» que teve lugar em 1993, em Macau, a «*Actas de Comunicações dos Simpósios Internacionais sobre a História e Cultura de Macau*» (Huang Xiaofeng e outros, Associação de Estudos Culturais de Macau), publicada em 1995, e a «*Seleccção de Documentos Históricos do Porto de Macau*» (1991, Editora do Povo de Cantão), de Huang Qichen e Deng Kaisong, reúnem um número considerável de importantes artigos, dados, arquivos e apresentações sobre a história de Macau.

Para além de prestar colaboração e fornecer ajudas financeiras aos investigadores do exterior que se dediquem a Macau, os estudos sobre a história de Macau efectuados no Território têm registado progressos satisfatórios nos últimos dez anos. Em 1986, Lei Pan Chu publicou «*Macau, Passado e Presente*» (Editora San Kuong de Macau), obra bem acolhida pelo público; e a «*Descrição dos Usos e Costumes e Paisagens de Macau*» (1995, Fundação Macau), de Tang Si, pode considerar-se a obra irmã da de Lei Pan Chu. Durante um longo período, Chan Su Veng tem envidado esforços persistentes na recolha e organização de dados históricos, tendo publicado milhares de artigos, parte dos quais serão publicados em forma de livro, e por temas. Cheng Wai Ming, por sua vez, envolveu-se com profundidade em áreas variadas, tais como os estudos da história da religião, cultura e economia. Saíram recentemente do prelo duas obras suas dignas de nota: «*Religiões de Macau*» e «*Os Quatrocentos Anos da Economia de Macau*» (ambas em colaboração com Huang Qichen, 1994, Fundação Macau). Lam Sin Peng dedica-se exclusivamente aos estudos da história do ensino, tendo publicado «*Elite Bilingue e Intercâmbios Culturais*» (1994, Fundação Macau). Choi San dedica-se, com êxito, aos estudos da história das artes, tendo reunido parte dos seus artigos em «*Visão de Macau*» (1994, Fundação Macau). O «*Sistema Político em Macau*» (Wu Zhiliang, 1995, Fundação Macau), pretende analisar, numa forma preliminar, a evolução do regime político de Macau. Também merece referência a «*Questão de Macau, em volta de Sua Soberania*» (1994, Editora Yong Ye, Taipé, Taiwan), tese de doutoramento que Tan Zhiqiang, natural de Macau, fez na Universidade de Ciências Políticas de Taiwan, que analisa e estuda a história de Macau a partir do direito internacional, sendo um novo

fruto dos estudos. Pode dizer-se, em termos gerais, que os investigadores de Macau se caracterizam por um lado pela sua generalidade, como por exemplo, Ieong Wan Chong, Gary Ngai e Wong Hon Keong escreveram obras sobre a história de Macau, e Wong Hon Keong compilou também uma «*Seleccção de Dados Relacionados com a Questão de Macau: 1553-1985*» (o jornal «*Va Kio*»); por outro lado, pela especialização, particularmente quanto aos estudos das personagens históricas, como por exemplo, «*Sun Yatsen e Macau*» (da autoria de Sheng Yonghua, Zhang Lei e Zhao Wenfang, 1991, Editora Relíquias Históricas), «*Lin Zexu e Macau*» (da redacção de Wong Hon Keong e Chan Su Veng, 1990), «*Heróis de Macau — Façanhas da Associação da Assistência às Vítimas dos Desastres dos Quatro Círculos de Macau na Guerra Antijaponesa*» (1990, Editora San Kuong de Macau), «*Seleccção de Poemas de Zheng Guanying*» (Tang Keng Ping, 1995, Associação Chinesa de Poesia de Macau), «*George Chinnery e Macau*» (Chan Kai Chun, 1995, Fundação Macau), «*Seleccção de Poemas dos Quatrocentos Anos de Macau*» (Yi Gang e outros, 1990, Editora Macau), entre outros. Os jornais e revistas em língua chinesa de Macau também publicaram um sem número de artigos sobre a história de Macau. Uma devida coordenação dos esforços a envidar, elevará, em breve, os estudos sobre Macau, incluindo os estudos sobre a sua história, a um novo nível.

Quanto aos autores em línguas ocidentais, para além das duas obras de Manuel Teixeira, supracitadas, não se encontra publicada nem uma obra de história geral, para não referirmos a reedição de 1980 do «*Resumo da História de Macau*», material didáctico que Eudore de Colomban, (P.^e Regis Gervais), escreveu em 1927. Não faltam, no entanto, autores e obras influentes, como por exemplo, Austin Coates que publicou «*A Macao Narrative*», em 1978, em forma de prosa, através da Editora da Universidade da Oxford, e reeditou «*Macao and the British*» em 1988; assim como «*A Viagem de Comércio Macau-Manila nos Séculos XVI a XIX*» (1987, Centro de Estudos Marítimos de Macau) e «*Os Extremos Conciliam-se*» (1988, Instituto Cultural de Macau), da autoria do Pe. Benjamim Videira Pires; «*Portugal in China*» (1980, Klemmerberg), da autoria de Roderich Ptak, entre outros. Merece também referência R. D. Cremer, que compilou «*Macau, City of Commerce and Culture*» (API Presses Hong Kong, 1987, 1.^a edição, 1991, 2.^a edição), obra que exerce grande influência nos países da expressão inglesa. O P.^e Benjamim Videira Pires e Roderich Ptak também escreveram um número considerável de artigos sobre a história de Macau, parte dos quais foram publicadas na «*Revista de Cultura*», do Instituto Cultural de Macau. A «*Revista de Cultura*», a revista «*Macau*» (que começou a publicar-se sob o nome «*Nam Van*»), do Gabinete de Comunicação Social, e a «*Administração - Revista da Administração Pública de Macau*», editada pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, publicaram também um grande número de artigos sobre a história de Macau.

Entrando na década de 90, o número de obras sobre a história de

Macau tem aumentado, passando, pouco a pouco, a dedicar-se aos estudos tratados em maior profundidade. A «*História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China*» (1991, Instituto Cultural de Macau), por exemplo, da autoria de João de Deus Ramos, descreve detalhadamente o processo em que o P.^e António de Magalhães, na qualidade de enviado do imperador Kangxi, se deslocou a Portugal; em 1992, Beatriz Basto da Silva começou a editar, através da Direcção dos Serviços de Educação, a sua «*Cronologia da História de Macau*», tendo já saído à luz o volume 3 (século XIX), e os dois primeiros volumes traduzidos para chinês e editados em 1995 pela Fundação Macau. «*Em Terra de Tufões — Dinâmicas da Etnicidade Macaense*» (1993, Instituto Cultural de Macau), de João de Pina Cabral e Nelson Lourenço, é uma grande obra, que aborda a história e situação actual dos descendentes dos portugueses em Macau. Antes destes dois autores, outros dois autores do género merecem destaque, nomeadamente, Almerindo Lessa que escreveu «*A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente*» (1974, Imprensa Oficial de Macau), e Ana Maria Amaro, que possui profundos conhecimentos sobre a sociedade e folclore dos macaenses, também com diversas obras publicadas. Quanto à história da política e direito, destacam-se «*Macau 1999*» (1990, Lisboa), de Jorge Morbey, «*Subsídios para a História do Direito Constitucional de Macau*» (1991, Publicações O Direito, Macau), de Jorge Noronha e Silveira, «*Preliminares do Estudo de Ciências Políticas*» (1991, Publicações O Direito, Macau), de Vitalino Canas, e «*Panorama de História Institucional e Jurídica de Macau*» (1995, Fundação Macau), de António Manuel Hespanha. Esta última obra já tem uma versão em chinês. Um novo livro «*Arquivos de Entendimento. Uma visão cultural da História de Macau*», da autoria de António Aresta e Celina Veiga de Oliveira, baseado na série televisiva homónima de 12 episódios, vai em breve sair a público, constituindo o mais recente contributo português para a compreensão da História de Macau.

Os historiadores portugueses têm também prestado a devida consideração aos estudos das personagens históricas. Estão hoje ao nosso alcance várias obras relativas ao escritor e sinólogo Camilo Pessanha e um sem número de artigos sobre governadores, bispos e demais personagens que influenciaram ou contribuíram para a sociedade de Macau. Merece também referência a colecção «*Memória do Oriente*», do Instituto Português do Oriente, actualmente com cinco obras publicadas, cujos autores pertencem a uma nova geração de historiadores portugueses, que, na medida do possível, vão suprimindo o tradicional preconceito nacionalista e se dedicam à recolha de dados provenientes das mais diversas fontes, tomando em consideração os diversos pontos de vista e sendo corajosos na busca da verdade dos factos. Eles são José Calvet de Magalhães com a sua obra «*Macau e a China do Pós-guerra*» (1992), Alfredo Gomes Dias com «*Macau e a Guerra do Ópio*» (1993), João Guedes com o seu «*Laboratório Constitucional*», Francisco Gonçalves Pereira com «*Portugal, a China e Questão de Macau*» (1995), e António

Vasconcelos de Saldanha com «*Memória sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau do Visconde de Santarém*» (1995), nomeadamente esta última obra, conta referências a um número considerável de documentos dos arquivos originais do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, antigo Ministério do Ultramar.

4. CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIA DOS ESTUDOS DA HISTÓRIA DE MACAU

Perfilar, de forma sucinta, a história de Macau através dos principais documentos relativos a Macau, não é tarefa particularmente difícil; no entanto, comentar, duma forma justa e objectiva, os documentos históricos existentes sobre e de Macau e os pontos de vista neles expressos, não é de forma alguma tarefa fácil. Através do acima exposto, damo-nos conta de que Macau é de facto uma cidade de cultura e comércio, mas, a partir duma visão mais panorâmica sobre toda a sua história, particularmente a sua história do período pós-Guerra do Ópio, temos de reconhecer que Macau é também uma cidade altamente política, profundamente influenciada pela situação política da China e de Portugal, sobretudo pelas relações sino-portuguesas, de modo que os estudos da história de Macau não podem deixar de se revestir de uma forte cor política. Verdade é que, nos estudos da história de Macau, não faltam boas obras que procuram a verdade nos factos, não obstante, não poucos historiadores, que defendem entre si pontos de vista completa-mente opostos, citam preconceituosamente e parcialmente obras e fontes de outra parte sem referir o seu contexto indispensável, prática que, associada aos obstáculos da língua, torna as suas obras difíceis de serem aproveitadas de forma completa e devida. As descrições sobre a história de Macau, em chinês e português, nos seus primeiros tempos, embora com certas pequenas diferenças com os factos históricos e, até submetidas ao anacronismo nalguns casos, dedicam-se fundamentalmente aos estudos dos factos históricos e à procura da verdade dos factos. Após o surgimento da questão da soberania de Macau na primeira metade do século XIX, os estudos da história de Macau passaram a revestirse duma forte cor nacionalista, pois os investigadores dedicados aos estudos da história de Macau, quer chineses quer portugueses, pretendiam, na sua maioria, reunir os dados e fundamentos históricos que fossem a favor das suas respectivas pátrias, «estas obras que dão novas explicações sobre os factos já conhecidos para lisonjear o gosto nacionalista, não podem não deixar, desde logo, de poder oferecer novos conhecimentos que sejam em conformidade com a verdade dos factos»¹⁸, estando inevitavelmente condenadas a pontos de vista unilaterais.

¹⁸ «*Main Trends of Research in the Social and Human Sciences: History*», da autoria de Geoffrey Barraclough, pág. 196, da tradução de Yang Yu, Editora Traduções de Shanghai, 1987.

O que caracteriza a tendência dos estudos da história nos demais países e regiões da Ásia e América Latina é mais ou menos idêntico ao que caracteriza o mesmo tipo de estudos em Macau: o nacionalismo dos historiadores revela-se principalmente na defesa da sua posição, colonial ou anticolonial, de forma consciente ou inconsciente. Este facto pode justificar o fenómeno de que muitas obras sobre a história de Macau referem na realidade a história das relações sino-portuguesas ou a da diplomacia entre os dois países, enquanto a «própria» história de Macau não recebe a consideração devida. A este respeito, C. C. Griffon tem um comentário, ao referir os estudos da história da América Latina, «Uma vez que ultrapassemos os limites da narração histórica tentando explicar o como e porquê das transformações, os alicerces do nacionalismo nos estudos da história tornar-se-ão pouco firmes»¹⁹.

Servirá de consolo que os historiadores da China e Portugal passaram a ter, nos últimos anos, um novo e bem diferente conhecimento de Macau, podendo aproveitar-se hoje registos históricos em língua diferente, com maior serenidade, e com maior consideração, à procura da verdade nos factos, a fim de estudar, duma forma devida e positiva, os problemas mais divergentes relacionados com a história de Macau, tendo-se registado uma grande aproximação quanto aos pontos de vista. A nova geração dos investigadores portugueses, partindo dos factos, abandonou a tradicional interpretação da soberania, e formulou uma nova visão, de «Jurisdição mista» ou «dualismo da soberania»²⁰, enquanto a «ocupação colonial de mais de quatrocentos anos de Macau por parte de Portugal» passou a ser objecto da suspeita²¹, e a afirmação de que a convivência pacífica dos povos chinês e português é predominante apesar dos conflitos surgidos no período anterior à Guerra do Ópio²², tem vindo a ser aceite e reconhecida. A meu ver, embora a primeira Constituição de Portugal, de 1822, estipule que Macau faz parte dos seus territórios, os governos das dinastias Ming e Qing, durante três séculos, nunca deixam de considerar Macau como uma comunidade ou comuna de estrangeiros no seu território, organizada e administrada de acordo com o modelo e leis de Portugal, prática existente em cidades com grandes movimentos comerciais como Cantão e Xiamen desde a Dinastia Tang (618-907, d.C.). Posição esta que se mantém mesmo após a Guerra do Ópio, só que a dinastia Qing, enfraquecida e condenada à

¹⁹ Obra supracitada, de Geoffrey Barraclough, pág. 191.

²⁰ Rui Afonso, Francisco Gonçalves Pereira, «*The Political Status and Government Institutions of Macau*», em «*Hong Kong Law Journal*», n.º 16 de 1986; Celina Veiga de Oliveira, «*Questão da Soberania de Macau*», em «*Intercâmbios Culturais entre o Oriente e o Ocidente*», supracitada, págs. 171 a 174.

²¹ Lau Sin Peng, «*Elite Bilingue e Intercâmbios Culturais*», obra supracitada, págs. 231 a 238.

²² Fei Chengkang, «*Uma Reavaliação da Posição de Macau nos Intercâmbios Culturais entre o Oriente e o Ocidente*», obra supracitada.

decadência, deixa de poder exercer em Macau o poder da administração depois de ter sido obrigada a retirar do território o seu *Ho-ju* em 1849, estatuto reconhecido formalmente pelo *Tratado* de 1887, não abandonando, no entanto, a soberania²³.

Com a racionalização dos estudos da história de Macau, surgiu uma nova questão: a definição da «história de Macau». Durante um longo período, os estudos da história de Macau, tal como acontece com o processo da evolução da sua própria história, tem seguido duas linhas paralelas: a da sociedade chinesa por um lado, e portuguesa por outro. De vez em quando, encontram-se uma com outra, mas, devido a uma grande diferença entre os seus contextos políticos e culturais, estas duas linhas têm-se mantido fundamentalmente em paralelo²⁴. Por outras palavras, quanto ao conceito da «história de Macau», os investigadores chineses e portugueses têm uma compreensão diferente. Em termos gerais, os investigadores chineses tinham considerado a história de Macau como a história de uma localidade da China, embora com características particulares, a natureza da sua história mantém-se; e os letrados portugueses, por sua vez tinham tratado da história de Macau como sendo uma parte da história das colónias ou do ultramar. Macau, como uma integrante e inalienável parte dos territórios chineses, nunca passou a ser uma entidade política independente ou estado-cidade, embora tivesse mudado o seu poder da administração. Pode dizer-se que é razoável tratar a história de Macau como a história de uma cidade. No entanto, no processo da evolução de mais de quatrocentos anos, nesta pequena parcela de terreno que é Macau, os chineses, os portugueses e os estrangeiros têm convivido harmoniosamente, em diferentes comunidades, muitas vezes separadas, mas também têm pontos de encontro, registando-se mesmo pontos de fusão. A coexistência e progresso conjunto deu uma história bem particular a Macau, distinta de outras cidades da China e de Portugal. Daí, os historiadores chineses e portugueses, por quaisquer que sejam os seus pontos de vista, têm de tomar Macau como corpo principal da história de Macau, e uma autêntica «história de Macau» tem de ser uma história que possa reflectir autenticamente a coexistência, progresso e desenvolvimento conjunto dos residentes chineses e portugueses (assim como dos outros povos) de Macau, em todos os aspectos. É inadmissível um desvio para qualquer uma das partes, quer chinesa quer portuguesa, e as duas linhas de estudos não-de juntar-se numa só. Por outro lado, «a história não é só o registo de certos acontecimentos passados, nem apenas certas experiências e

²³ «*Sistema Político de Macau*», obra supracitada, da autoria de Wu Zhiliang, págs. 20 a 23. E, Tan Zhiqiang (Camões Tam), na «*Questão de Macau, em volta da Sua Soberania*», faz análises mais pormenorizadas a este respeito, a partir do direito internacional, págs. 324 a 328.

²⁴ «*História de Macau, em Duas Linhas Paralelas e Sentido Único*», da autoria de Wu Zhiliang, em «*Diário de Macau*», 26 de Novembro de 1995.

conhecimentos, que possamos tirar dela, o mais importante é que a história é a nossa própria maneira de estar e viver»²⁵. Os Governos chinês e português já resolveram, com sucesso e de forma satisfatória, a questão de Macau, e, nas relações diplomáticas sino-portuguesas, não há grandes interesses em disputa, nem conflitos. Entrando hoje numa fase crucial do período de transição, muitas individualidades que têm uma larga visão a esse respeito têm apelado para que se mantenham e desenvolvam as características de Macau, e elaboração de uma «História de Macau», que tenha o consenso e seja reconhecida por todos, poderá ser uma das melhores respostas a esse apelo! Além do mais, «a história mundial está atenta aos pontos de encontro e relações entre si das diversas civilizações, não exigindo repetir uma descrição sintética de todo o passado, mas sim estudando o processo do desenvolvimento da Humanidade em diferentes circunstâncias e civilizações»²⁶. Macau, com as suas experiências extremamente positivas da convivência pacífica de diversos povos durante mais de quatrocentos anos, é deveras um bom exemplo, a nível internacional, sendo também um grande orgulho pelo qual os historiadores devem abandonar a pesada carga de nacionalismo, envidando esforços conjuntos a fim de escrever uma «História de Macau», de alta qualidade, que pertença ao Povo de Macau.

Evidentemente, para além de elevar o nível dos conhecimentos, os estudos teóricos também precisam de registar um grande desenvolvimento, renovando a sua metodologia, para além do tradicional positivismo. Ao comentar a história da França, do século XX, o historiador francês Maurice Agulhon escreve: «Os historiadores tradicionais poderão dizer aos renovadores: nós somos académicos que trabalham a sério e com rigor, enquanto vocês são escritores dedicados à descrição de anedotas. Os renovadores, por sua vez, responderão: nós possuímos talento e forças criativas, e vocês seguem caminhos tradicionais, de visão vulgar e limitada»²⁷. A renovação e a criatividade precisam de facto duma imaginação muito rica, que seja fundamentada, procurando a verdade nos factos, atitude indispensável para os estudos da história. As obras em chinês e português sobre a história de Macau publicadas nos últimos anos têm tido em consideração cada vez mais a utilização de dados da outra parte ou em outra língua, tendo realizado algumas tentativas iniciais no sentido de introduzir renovações na historiografia e na sua metodologia, enquanto os trabalhos da recolha e organização dos arquivos e fontes nunca pararam, como por exemplo, os arquivos das relações com a China moderna, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, os dados em chinês da Torre do Tombo e os «*Arquivos*

²⁵ Han Zhen, «A História é o Modo de Existir e Viver da Sociedade Humana», em «*Historiography Quarterly*», n.º 4 de 1995, *Academia de Ciências Sociais da China*.

²⁶ Obra supracitada, de Geoffrey Barraclough, pág. 257.

²⁷ «*Historiography Quarterly*», n.º 1 de 1995, pág. 91.

de Macau» e «*Dados Históricos da diplomacia entre a China e Portugal, de 1849 a 1949*», do Instituto de Estudos da História Moderna da Academia Sínica, Taipé, e da Universidade de Nanjing, RPC, que se encontram em fase de reordenamento e organização ou estão mesmo já a ser editados²⁸, e os estudos da história moderna de Macau, tema anteriormente, de certa forma, ignorado, começaram a merecer uma cada vez maior consideração. Os historiadores chineses e portugueses, dedicados aos estudos da história de Macau, estão hoje mais conscientes do que nunca da necessidade imperiosa da colaboração, do intercâmbio e da tradução para outra língua das fontes existentes e do consequente estabelecimento das bases de dados, que ambas as partes possam partilhar, tendo começado já a pôr em prática este projecto. Podemos estar certos de que, num futuro próximo, os estudos da história de Macau irão aprofundar-se, e sem dúvida entrar numa nova fase de desenvolvimento.

²⁸ Parte dos trabalhos de recolha e organização e edição está a cargo da Fundação Macau. Quanto aos arquivos relativos a Macau, que se encontram em Macau, Portugal, Pequim, Taiwan, Hong Kong e Brasil, pode-se ver «*Actas de Comunicações dos Simpósios Internacionais sobre a História e Cultura de Macau*», obra supracitada.